

# DIVERSIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA: O PROFESSOR COMO MEDIADOR DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR<sup>1</sup>

Elizandro Jozué Baccin Corrêa<sup>2</sup>  
Elisabeth Maria Foschiera<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o papel do professor na prevenção e resolução de conflitos, visando combater a violência e disseminar uma Cultura de Paz no ambiente escolar. A metodologia utilizada no artigo foi uma revisão bibliográfica, sendo utilizados principalmente os autores Durkheim, Paulo Freire, Kay Pranis, Maria Tereza Maldonado Libâneo e Marshal Rosenberg. O artigo está composto de três subtítulos os quais tratam da conceituação da educação e a importância da preparação do professor, a respeito dos problemas gerados pela diversidade social e que tem impactos na escola e, finalmente, sobre a cultura da paz. A partir das leituras realizadas foi possível concluir que é importante os educadores estarem preparados para resolverem os conflitos gerados pela diversidade social que se encontram dentro do ambiente escolar e, assim conseguirem através do diálogo, do respeito e do resgate de valores, semear uma Cultura de Paz dentro de cada um dos educandos.

**Palavras-Chave:** Diversidade. Conflito. Ambiente escolar. Cultura de paz.

## 1 Introdução

Um dos espaços onde mais se manifesta a violência é no ambiente escolar. Por ser um local de encontro das múltiplas realidades sociais, a diversidade que se percebe ali pode ser um problema quando não se existem pessoas capacitadas para mediar e resolver as relações conflituosas. Nesse encontro, a escola é, ou deveria ser, um espaço para educar e socializar os que ali frequentam; porém hoje ela é vista também como um local de consumo de drogas, agressões e desrespeito com professores e colegas. Isso porque a violência é um fenômeno que a cada ano tem aumentado seus índices, e assim acaba deixando muitas vítimas em seu percurso, com marcas que muitas vezes são irreversíveis.

No passado, os conflitos na escola eram resolvidos com um aperto de mão e um abraço, mas na atualidade isso não ajuda a resolver a raiz do problema, não sendo algo efetivo contra a violência. A escola e os ambientes sociais, hoje, estão aos poucos se orientando com

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade de Passo Fundo – UPF.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia da UPF e autor desse artigo.

<sup>3</sup> Professora Mestre em Educação da FAED/UPF e orientadora desse artigo.

as novidades negativas, que com o passar do tempo vão disseminando uma cultura de raiva e ódio. Dentro do universo tecnológico, a internet é uma das ferramentas utilizadas, também, de modo negativo e ajuda a potencializar essa situação, visto que a violência não se encontra somente na agressão, mas, também, em *cyberbullyings*, falas agressivas, discriminações, torturas digitais, entre outros.

Nesse sentido, precisamos capacitar os educadores, para que estejam preparados para saber lidar com todas essas novidades de modo eficaz, e consigam reverter esse quadro, que reflete na escola o que acontece na sociedade.

Com essa disseminação da violência em todos os espaços, as pessoas estão deixando de lado valores importantes que fazem parte das boas relações humanas. Neste sentido, há um alarde ao ver os números cada vez mais crescentes, quando o assunto é violência e conflito escolar, levando os profissionais da Educação, a questionarem-se: será que estão preparados para lidar com essas situações? Quais são as alternativas que podem ser usadas para combater a violência dentro do ambiente escolar?

Para responder essas inquietações foi feita uma pesquisa de caráter bibliográfico, e que abordará, neste artigo, temas importantes, buscando problematizar a preparação dos professores para lidar com as múltiplas realidades; são trazidas citações de importantes escritores como Candau (2008), Libâneo (1994) e Durkheim (1984), que em seus textos abordam o momento que a sociedade reconhece a educação e como ela é classificada. No segundo capítulo, há referência sobre a diversidade que se encontra dentro da escola, e como esse encontro de múltiplas realidades pode gerar conflitos que, em sua maioria, é um reflexo do que acontece na sociedade em geral. Traz, ainda, uma crítica de como os educadores devem estar constantemente buscando aperfeiçoamento nas formações continuadas e, assim, conseguirem se preparar para lidar de forma pacífica e humanizada com esses desafios na escola, aprendendo os valores e os conceitos que envolvem esse tema, a partir das situações vivenciadas.

Finalizando, o artigo retoma a importância de o educador estar preparado, a partir de sugestões de metodologias já utilizadas e que obtiveram resultados positivos, podendo ser implementadas nas aulas, como forma de prevenção à violência, e também usadas como mediação, quando já ocorreu o conflito, respeitando os envolvidos e dando a atenção para como eles se sentem a respeito do ocorrido.

## 2 A importância da preparação do professor para lidar com as múltiplas realidades

Acreditamos que através da educação o mundo consiga se transformar em um lugar melhor de se viver. Com isso, hoje os cursos de graduação que estão diretamente ligados a essa transformação social são os de licenciatura, pois eles fazem com que os futuros profissionais educadores tenham uma visão mais ampla e sensível que consegue trabalhar a inclusão, o amor, o respeito, a empatia com seus educandos, começando ali, na base de tudo, a mudança que irá para a sociedade.

Não é possível, histórica e logicamente, distinguir o momento em que o ser humano “inventou” a educação, e, muito menos, determinar o que veio antes: trabalho, linguagens, cultura ou educação. O ser humano é constituído e constituinte de todos esses processos, sendo ele o realizador da sua própria vida social.

Desta maneira, Durkheim nos mostra que a sociedade encaminha a educação por si:

Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes, mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva, pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os através da educação. (DURKHEIM, 1984, p. 1-2)

Nesse sentido, Durkheim fala que o fator social é objetivo, sendo algo exterior ao indivíduo e transmitido pela educação. Mas é importante analisar que a esse conjunto ainda se soma o fato de como ele deve ser na sociedade, fazendo com que ao nascer uma criança encontre uma sociedade já com regras, normas e tradições culturais que são impostas a ele sendo necessário que ele se adapte ao passar do tempo. E ele continua,

Toda a educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente [...] Desde os primeiros anos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidas a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes; mais tarde, obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc. (DURKHEIM, 1984, p. 05)

Para o autor, a concepção de educação é ambígua, pois de um lado tem uma imposição de valor e regras sociais a serem assimiladas pelas novas gerações e, por outro lado, a necessidade dessa imposição para a perpetuação de uma sociedade coesa, como um organismo em bom estado de funcionamento, sendo essa uma forma de manter a ordem e de fazer a sociedade andar de maneira uniforme.

Libâneo, por sua vez, traz um conceito de educação social, mostrando que somos educados em todos os espaços onde estivermos,

A educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente; neste sentido, a prática educativa existe numa grande variedade de instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade, da religião, dos costumes, das formas de convivência humana (LIBÂNEO, 1994, p. 17)

Candau, também afirma:

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU, 2008, p.52)

Com a perspectiva de Candau (2008), conseguimos ter certeza de que a educação é um meio de diálogo entre as realidades, e nesse ponto o professor consegue, além de prevenir a violência dentro do ambiente escolar, ser um mediador dos conflitos que surgem nesse espaço. Vejamos o que a Base Nacional Comum Curricular (2018), prevê a respeito do papel do Educador quando encontra a diversidade no ambiente escolar, dizendo que ele deve: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza”.

Pensando nessa perspectiva, vemos que a escola é um ambiente onde se encontram as diversidades em sua maioria, e que a educação tem o papel fundamental de saber lidar, de forma humana e respeitosa, com cada um dos seres que ali convivem, e que o professor é a principal figura que está em contato com eles. Por isso sua formação humanizada se faz importante no sentido de conseguir criar um ambiente propício à criação e potencialização de valores que serão repetidos na sociedade, fazendo com que uma cultura de paz e não violência seja propagada fora das paredes da escola.

### **3 Os problemas gerados pela diversidade social e como isso reflete no ambiente escolar**

A diversidade que temos hoje nada mais é do que o resultado do crescimento cultural e financeiro acelerado, sendo que, no surgimento das classes econômicas, conseguimos claramente ver quem é mais favorecido e quem não é. O capitalismo acaba privilegiando uns, que conseguem obter bens materiais facilmente e outros que precisam batalhar uma vida toda para muitas vezes conseguir ter uma casa própria.

E o capitalismo é o que acelera todo esse processo, fazendo com que os bens materiais que uns tem, sejam eles celulares, roupas “da moda”, festas, bem como viagens que o dinheiro pode proporcionar, gerem descontentamento e inveja em muitos que não podem ter, e isso se encontra dentro da escola, seja ela pública ou privada. Muitos alunos para serem aceitos em alguns grupos que são formados no ambiente escolar, acabam exigindo de seus pais, os mesmos materiais que os seus colegas mais favorecidos têm, mesmo sabendo que não possuem condições financeiras para comprar, seus pais trabalham duro para conseguir dar boas condições para seus filhos. Em outros casos, há alunos que precisam utilizar a mesma mochila, o mesmo sapato, o mesmo material do ano anterior, não conseguindo comprar por não terem realmente condições de comprar algo novo todos os anos.

Isso por sua vez gera, dentro da escola, uma desigualdade facilmente reconhecida, sendo que se não forem trabalhadas a igualdades e a diversidades como forma de superação e para conviver com a diferença, pode gerar desrespeito, preconceito, discriminação, racismo e até mesmo corrupção, como afirmam os PCN's:

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculo do processo educacional pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem expostas. (BRASIL, 1997, p. 22)

Essa marca negativa se dá muito pela história de 300 anos de escravidão que o Brasil passou que fez com que grande parte da população brasileira, os afrodescendentes, sofresse e passasse dificuldades. Essa cultura é algo que tem não como apagar.

Os PCN's ainda trazem claramente uma máscara sobre história brasileira, falando que somos frutos de uma pluralidade existente no Brasil e que isso é um longo processo de interação política e econômica, esquecendo que a nossa história foi fruto de colonização, massacre de populações indígenas, escravidão dos negros e que até hoje seus descendentes sofrem, não tendo muitos acessos à educação, saúde de qualidade, salário não compatível com

a função, analfabetismo e até possuir um documento de identificação ou direito a voto como é o caso do povo indígena.

Neste sentido, temos nos PCN's:

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais. Essa composição cultural tem se caracterizado por plasticidade e permeabilidade, incorporando em seu cotidiano a criação e recriação das culturas de todos esses povos, sem diluí-las, ao mesmo tempo que permite seu entrelaçamento. Nesse entrelaçamento de influências recíprocas, configura-se a permanente elaboração e redefinição da identidade nacional, em sua complexidade. (BRASIL, 1997, p. 28-29)

No entanto, o trabalho com a diversidade abrange também o desafio de âmbito educacional, na formação profissionais capazes de multiplicar o respeito pelas diferenças e fazer com que haja uma inclusão de todos, não diferenciando cor, gênero, orientação e classes sócias, pois quando não são abordados esses temas para expandir o conhecimento, os alunos podem sentir-se no direito de desrespeitar o outro como vemos facilmente na sociedade, repetindo tais atitudes negativas dentro da escola, partindo muitas vezes para a violência, que nem sempre é física, mas tem um caráter muito sombrio e leva a consequências negativas, e nesse caso o professor é o primeiro a ter o contato com esse aluno, fazendo com que esteja realmente preparado para lidar com essas situações de forma eficiente e humanizada.

Fleuri afirma que:

Quando as diferenças culturais são consideradas numa perspectiva estereotipada, focaliza-se apenas as manifestações externas e particulares dos fenômenos culturais. Deixa-se valorizar devidamente os sujeitos sociais que produzem tais manifestações culturais, ou não se consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem. (FLEURI, 2003, p. 24)

Cabe então à escola e a seus educadores, entender que a diversidade é importante assim como o conflito, pois é através deles que conseguimos ver que é uma condição de evolução humana, e que sempre estará conosco por todos os anos de nossas vidas e, quando ele é tratado de forma correta, abrindo-se ao diálogo e à cooperação, pode ajudar para que os alunos aprendam maneiras de resolver de forma tranquila as demais situações que surgirão no passar dos anos, fazendo com que a escola seja encarregada de formar valores e habilidades pró-sociais que motivem para a convivência, valendo-se, inclusive, dos conflitos gerados pelo

encontro de diferenças, assim como, particularmente, de situações mais graves que ameaçam os vínculos grupais, como é o caso da violência (ANDRADE, 2007, p. 42)

Desta maneira, quando se oportunizam ferramentas que darão suporte aos professores e aos agentes escolares para dirimir situações de conflito, acaba-se possibilitando que as crianças e os jovens aprendam diante de uma briga, de um desentendimento ou conflito mais sério, que as pessoas devem conversar e perceber que ninguém se beneficiaria com a ampliação do desentendimento, resgatando, sobretudo, valores de humanidade e respeito.

#### **4 A Cultura de Paz e suas alternativas como um meio de combater à violência e transformar realidades**

Violência e paz são temas complexos, muitas vezes mascarados como indisciplina. Entretanto, esses assuntos não se esgotam numa primeira análise, pois abrangem um vasto complexo de causas e variáveis como já mencionadas. Cabe expor que muitas vezes a própria escola contribui com o processo de formação e consolidação da violência como quando concebe a relação direção, professor, aluno, família e funcionários como níveis de superioridade e inferioridade. Longe de constituir-se como um processo intelectual que pode ser estruturado em uma disciplina ou atividade complementar, a violência ocupa um espaço indimensionável no âmbito escolar que decorre de toda uma trajetória de vivências experienciadas muitas vezes diariamente.

E Piaget afirma que:

[...] podemos chegar a pensar que uma educação para a paz realmente eficaz deveria, em cada país e segundo o ponto de vista de cada um, enxertar-se na própria educação nacional [...]. O principal problema da educação para a paz é, com efeito, encontrar um interesse real que possa levar cada um a compreender o outro, em particular a compreender o adversário. (PIAGET, 1998, p. 133)

Em 14 de maio de 2018 foi alterado o artigo 12, da Lei nº 9.394, original de 20 de dezembro de 2006, passando a vigorar dois novos incisos, que são medidas importantes contra a violência, acrescentando que IX- As escolas devem promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying); X- estabelecendo ações destinadas a promover a cultura de paz nesses ambientes. Diante disso, a escola tem por obrigação desenvolver projetos que abordem esses temas com todas as turmas, procurando de forma interdisciplinar envolver todas as competências dos conteúdos.

Promover a paz na escola constitui-se em um processo longo e desafiador. É preciso primeiramente analisar qual é o conceito de paz dos educadores. O desconhecimento sobre o assunto pode não só contribuir para a ineficiência da ação mas também agravar a situação constatada como violenta. Compreendendo o fenômeno, como ele surge, e entendendo que a diversidade é um ponto gerador dessa violência, o educador poderá intervir através de sua própria mudança tanto na sala de aula como em sua própria vida, como declara Freire: “Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (1996. p.85-86).” Assim, o espaço escolar poderá ser transversalizado pela cultura da paz como prática pedagógica.

Durante a formação acadêmica, e depois nas formações continuadas, é importante que o educador tenha contato com diversas realidades, principalmente aquelas mais desfavorecidas, fazendo com que tenha um olhar e uma escuta mais sensíveis, deste modo, poderá levar uma grande contribuição ao contexto da violência, auxiliando na promoção de uma Cultura de Paz. Além do mais, hoje, os educadores encontram na sua formação pedagógica reflexões que os fazem pensar acerca de todos os problemas sociais que desencadeiam a violência, conseguindo ter uma compreensão maior da influência negativa que a diversidade social pode levar, e como isso repercute na vida sujeito. Dessa forma, com essas habilidades que podem ser trabalhadas, os docentes conseguem que através do diálogo surjam mecanismos alternativos para trabalhar em prol de uma comunidade mais justa, organizada e que desenvolva uma consciência de cuidado consigo mesmo, com o outro e com o seu meio de pertença.

Algo que nos últimos anos tem ganhado força e se destacado por ser uma alternativa na resolução da violência, é a Justiça Restaurativa. Sua abordagem para o tratamento dos conflitos ativos ou preventivos a eles, faz que através da mediação e os círculos de construção de paz, aconteça um restabelecimento da comunicação entre a vítima e o ofensor, trabalhando valores e fazendo com, que partindo do diálogo e o respeito, possa ser encontrado o motivo que gerou a violência e então trabalhar para sua resolução.

A Justiça Restaurativa ainda é um termo novo no Brasil. Surgindo em solo brasileiro há cerca de 10 anos, ela tem se estabelecido desde então como uma alternativa às resoluções de conflitos. Alguns estados do Brasil já adotaram suas práticas e colecionam resultados positivos com essa metodologia.

Com o incentivo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Protocolo de Cooperação para a difusão da Justiça Restaurativa, firmado com apoio da Associação dos

Magistrados Brasileiros (AMB), ela tem ganhado cada vez mais apoio para sua implementação em todo território nacional.

Key Pranis afirma a importância da comunicação não violenta:

Paralelamente às experiências práticas, estudos teóricos sobre Justiça Restaurativa e CNV contribuíram para uma abordagem crítica dos modelos de relacionamento hierárquicos legados pela nossa cultura patriarcal, que potencializa posturas autoritárias e tende a instalar mecanismos de subjugação e controle. Propensões que encontram no controle jurídico-penal sua expressão máxima, mas que também se revelam de forma sutil no cotidiano dos relacionamentos. A CNV muito ajudou a evidenciar as formas mais sutis de violência que contaminam nossa linguagem e reverberam negativamente nos relacionamentos, debilitando laços sociais e fragmentando comunidades. Ao mesmo tempo, estudos e práticas de Justiça Restaurativa permitiram perceber o quanto o déficit de coesão social daí resultante, agravado pela nossa dificuldade de oferecer “ feedbacks” e de promover responsabilidade de maneira confiável e respeitosa, acaba por tornar nossas comunidades mais instáveis e conseqüentemente menos seguras. (PRANIS; KEY, 2011, p. 4)

Dentre as diversas metodologias que são utilizadas na Justiça Restaurativa, os Círculos de Construção de Paz é uma delas. Sua origem vem da cultura dos povos indígenas da América do Norte, que por sua vez se reuniam para dialogar com toda a comunidade prezando sempre o respeito pelo outro, pelas diferenças e necessidades de cada indivíduo e da comunidade a qual pertenciam (PRANIS, 2011); os círculos podem contemplar duas esferas, as conflitivas e as preventivas. Nos círculos são colocadas as pessoas que estiveram envolvidas no conflito, juntamente com um professor que tenha imparcialidade e que de forma pacífica consiga mediar um diálogo entre ambas as partes, usando um objeto qualquer, chamado de objeto da palavra, cada pessoa tem o momento certo para falar e assim respeitar e fala e escuta de cada participante, dando o direito de fala quando o possui e o dever de ouvir quando não o têm. Assim ele desenvolve nesse ambiente um momento de reflexão sobre o que aconteceu e faz com que ambos consigam ver o que ganharam ou perderam quando tiveram o desentendimento e, no final, fazendo com que compromissos sejam firmados para que não voltem a cometer os mesmos erros.

Kay Pranis explica um pouco mais sobre as práticas circulares:

Esse processo de povos indígenas também é novo para a cultura ocidental, mas tem suas raízes na maioria das sociedades humanas. Oferece um método simples, mas profundo, de criar relacionamentos mais significativos e com mais profundidade um com o outro. O círculo é um processo para martelar, de maneira gentil, na força da visão e dos valores compartilhados. O círculo de construção de paz é, acima de tudo, um lugar para criar relacionamentos. É um espaço em que os participantes podem se conectar uns com os outros. Essa conectividade inclui não só a ligação com o facilitador ou a pessoa que trabalha com o jovem (professor, conselheiro, etc.), mas também com os outros participantes. O círculo pode ajudar a fortalecer a família,

dando a seus membros a chance de reconhecer seus próprios recursos. Também pode ajudar a redirecionar uma cultura de jovens para uma direção positiva, criando a oportunidade dos jovens serem uma fonte de apoio e sabedoria um para com o outro. O círculo de construção de paz é um lugar para se adquirir habilidades e hábitos para formar relacionamentos saudáveis, não só dentro do círculo, mas também fora dele. (PRANIS, 2011, p. introdução)

De forma preventiva o professor pode exercer o mesmo papel de mediador na sala de aula, fazendo com que através de atividades dinâmicas, leituras, jogos e reflexões, ele consiga fazer com que seus educandos pensem sobre todos os fatores sociais e como isso repercute de forma negativa na nossa vida quando usamos a violência como resposta ao outro. Nesse momento é quando o professor desempenha um papel fundamental de influência na vida de seus alunos, pois ali é que ele começa a plantar dentro de cada um deles o desejo de justiça e esperança, promovendo aos poucos a cultura de paz que tanto queremos.

Com a grande expansão da violência, a criminalização aumentando a cada dia, temos uma cultura de violência por todo o país ganhando força a todo momento. Precisamos mais do que nunca trabalhar esses valores, que são importantes e por hora esquecidos, e fazer com que isso seja colocado culturalmente dentro da sociedade, para que de modo positivo ajude a mudar a realidade que estamos vivendo. Consideramos de extrema relevância a abordagem sistemática da relação valor-educação, na medida em que o trabalho educativo seja feito de modo implícito ou explícito (SILVA, 1995. P.13).

Partimos então da realidade do aluno, tirando nossas velhas lentes e colocando as novas para ver o mundo como ele vê, entendendo-o, sem julgamentos, sem medo, e com genuíno desejo de ajudar a conseguir superar seus desafios e ir cada vez mais longe. É assim como na fotografia, que para que tenhamos um diferente foco, é preciso trocar as lentes, dar zoom, procurar outro ângulo, ver a intensidade da luz, ampliar o campo de visão para ajudar no resultado desejado. Portanto, o que antes não era visto, agora é visível por conta de a ação estar direcionada com um novo foco, dando mais intensidade para a imagem observada. (ZEHR, 2018. p.21.)

E neste sentido, Zehr continua:

Portanto a escolha da lente afeta aquilo que aparece no enquadramento da foto. Determina também o relacionamento e proporção relativa dos elementos escolhidos. Da mesma forma, a lente que usamos ao examinar o crime e a justiça afeta aquilo que escolhemos como variáveis relevantes, nossa avaliação de sua importância relativa e nosso entendimento do que seja um resultado adequado. (ZEHR, 2018, p 25)

Infelizmente, não nos foi ensinado pensar nos sentimentos e necessidades que temos, e acabamos, então, por deixar de lado essa parte importante do nosso ser. Acabamos, muitas vezes, por culpar os outros quando não conseguimos satisfazer nossas necessidades e assim começa o primeiro julgamento sobre as pessoas, interpretando o que vemos, sem ao menos saber o que acontece dentro do universo particular de cada um. Nesse aspecto podemos utilizar a Comunicação Não Violenta para tratar com o outro, principalmente quando estivermos em círculos conflituos, onde o diálogo em CNV é extremamente necessário. “Quando alguém se comunica de forma negativa, temos quatro opções de como receber essa mensagem: 1. Culpar a nós mesmos; 2. Culpar os outros; 3. Perceber nossos próprios sentimentos e necessidades; 4. perceber os sentimentos e necessidades escondidos por trás da mensagem negativa da outra pessoa” (ROSEMBERG; MARSHALL, 2003, p. 15).

Entendemos que o educador muitas vezes não tem formação e nem mesmo acesso a essas formações, mas é necessário que a escola, o município e o Estado estejam, cada vez mais, por dentro desses assuntos e assim abram possibilidades para formações continuadas, fazendo com que o professor continue cada vez mais se aprimorando também nesse contexto de não violência, pois com o tempo o comodismo chega, o amor pela educação e pelos educandos pode se tornar um peso se não nutrido pela esperança de mudança que inicialmente os movia.

Nas práticas educacionais faz-se útil esse conhecimento. Como educadores temos que partir do princípio de que somos seres incompletos (FREIRE, 1996), que precisamos estar em busca de novos conhecimentos, sejam eles técnicos, práticos ou através das pessoas que convivemos ou que passam por nosso caminho. Para sermos respeitados temos que ter segurança no conhecimento. Ser professor é uma profissão que está atrelada a um conjunto de práticas sociais e éticas ligadas aos seres humanos, muitas das vezes em situações de fragilidade física e/ou emocional. Dessa forma necessitamos de segurança no conhecimento que adquirimos para passar confiança àqueles que de nós necessitam. O educador (a) confiante no que faz traz segurança àqueles que cuidam e administra.

## **5 Considerações finais**

O presente artigo trata de temas importantes como a preparação do professor para lidar com a violência no ambiente escolar, e as alternativas que o ajudam a efetivar o combate à violência. Ao fazer a pesquisa, nas palavras de, Libâneo (2005, p. 30), acrescentamos, “A educação associa-se a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma

sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes [...]”. Parte dessa pedagogia se volta para a prática educativa e escolar, ou seja, voltada à instrução e ao ensino. A contribuição do professor por meio do seu olhar e escuta sensíveis, faz com que ele consiga mediar e combater os conflitos escolares vindos, muitas vezes, das diferenças que se encontram dentro da escola, sendo que sua função como mediador é fazer com que os sujeitos conquistem sua autonomia, empoderando de si mesmos e obtenham valores pessoais que serão possíveis muitas vezes apenas com seu auxílio.

## Referências

ANDRADE, Fernando César Bezerra de. **Ser uma lição permanente: psicodinâmica da competência inter-relacional do(a) educador(a) na gestão de conflitos e na prevenção da violência na escola.** João Pessoa, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Violência: psicanálise, direito e cultura.** Campinas, SP: editora Millennium, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9.394, de 14 de maio de 2018., BRASILIA, 14 maio 2018. Seção 12. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm#art1)>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, 2018. 600 f. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v.13, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça Restaurativa.** 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-restaurativa>>. Acesso em: 12 out. 2019.

COSTA, João Ricardo dos Santos. **Cooperativismo interinstitucional para a difusão da Justiça Restaurativa.** Associação dos Magistrados Brasileiros. Brasília, DF: Cortez, 2014. 10 p. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/jr/docs/protocolo.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico.** 11 ed. São Paulo: Nacional, 1984.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, a. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a02>>. Acesso em: 12 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IGNACIO SILVA, Sônia Aparecida. **Valores em educação: O problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa**. Petrópolis RS: Vozes Limitada, 1986. 144 p.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 200 p

MALDONADO, Maria Tereza. O que é violência? Expressões e raízes. In: MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

PIAGET, Jean. **Sobre a Pedagogia**. Textos Inéditos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PRANIS, Kay. **No Coração da Esperança: guia de práticas circulares**. Virginia: Herald Press, 2011.

ROSENBERG, MARSHALL B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais** São Paulo: Ágora, 2006.

SANCHES, I. Compreender, agir, mudar incluir. Da Investigação-Ação à Educação Inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**, n. 5, 2005, p. 127-142.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, Sônia A. I. **Valores em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: Justiça Restaurativa para o nosso tempo**. 3. ed. Virginia: Herald Press, 2018. 331 p.